

Relatório Anual 2017

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Paranapanema PR/SP - Sicredi
Paranapanema PR/SP**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil**





Centro Empresarial Mostardelro
Av. Mostardelro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Paranapanema PR/SP - Sicredi
Paranapanema PR/SP
Cambará - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Paranapanema PR/SP - Sicredi Paranapanema PR/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Paranapanema PR/SP - Sicredi Paranapanema PR/SP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

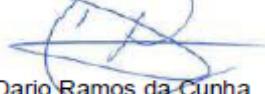
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 7 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Paranapanema PR/SP - Sicredi Paranapanema PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparéncia na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Paranapanema PR/SP - Sicredi Paranapanema PR/SP
CNPJ/MF nº 79.086.997/0001-02

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016		
CIRCULANTE	227.804	227.136	CIRCULANTE	129.022	123.152		
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	9.502	3.785	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	60.326	56.385
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		86.647	102.467	Depósitos à Vista		45.672	39.425
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		11	2	Depósitos a Prazo		14.654	16.960
Correspondentes no país		194	282	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		44.522	43.615
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	86.442	102.183	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		13	2
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	112.089	101.776	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	44.509	43.613
Operações de Crédito		123.240	113.558	RELACÕES INTERDEPENDÊNCIAS		847	300
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(11.151)	(11.782)	Recursos em Trânsito de Terceiros		847	300
OUTROS CRÉDITOS		14.614	14.031	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	4.278	4.360
Créditos por Avais e Fianças Honrados		32	328	Empréstimos País - Outras Instituições		4.278	4.360
Rendas a Receber		1.017	993	OUTRAS OBRIGAÇÕES		19.049	18.492
Diversos	(NOTA 07)	13.732	13.051	Cobrança e Arrecadação de Tributos		139	49
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(167)	(341)	Sociais e Estatutárias		793	714
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	4.952	5.077	Fiscais e Previdenciárias		840	1.296
Outros Valores e Bens		5.713	5.816	Diversas	(NOTA 14)	17.277	16.433
(Provisão para desvalorização)		(800)	(786)				
Despesas Antecipadas		39	47				
NÃO CIRCULANTE	61.131	48.432	NÃO CIRCULANTE	117.621	112.558		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		61.131	48.432	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		117.621	112.558
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	2.098	974	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	111.896	110.174
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		2.098	974	Depósitos a Prazo		111.896	110.174
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	34.659	22.348	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	725	2.384
Operações de Crédito		38.857	28.178	Repasses Interfinanceiros		725	2.384
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(4.198)	(5.830)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(NOTA 14)	5.000	-
OUTROS CRÉDITOS		350	508	Diversas		5.000	-
Diversos	(NOTA 07)	352	511				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(2)	(3)				
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	12.746	12.746	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		42.292	39.858
Outros Investimentos		12.746	12.746	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	30.463	29.989
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	7.512	8.160	De Domiciliados no País		30.544	30.049
Imóveis de Uso		3.018	3.014	(Capital a Realizar)		(81)	(60)
Outras Imobilizações de Uso		10.097	9.551	RESERVAS DE SOBRAS		11.352	9.562
(Depreciação acumulada)		(5.603)	(4.405)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		477	307
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	3.766	3.696				
Outros Ativos Intangíveis		7.569	6.565				
(Amortização acumulada)		(3.803)	(2.869)				
TOTAL DO ATIVO	288.935	275.568	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	288.935	275.568		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Paranapanema PR/SP - Sicredi Paranapanema PR/SP
CNPJ/MF nº 79.086.997/0001-02

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	25.506	-	25.506	48.658	-	48.658	56.402	6	56.408
Operações de Crédito	25.440	-	25.440	48.515	-	48.515	56.279	6	56.285
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	65	-	65	128	-	128	103	-	103
Resultado das Aplicações Compulsórias	1	-	1	15	-	15	20	-	20
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(9.410)	(243)	(9.653)	(21.494)	(517)	(22.011)	(31.710)	(397)	(32.107)
Operações de Captação no Mercado	(4.349)	(17)	(4.366)	(10.180)	(43)	(10.223)	(14.535)	(38)	(14.573)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.629)	(226)	(1.855)	(3.573)	(474)	(4.047)	(4.524)	(359)	(4.883)
Provisão para Créditos de Liquidação Dúvidosa	(3.432)	-	(3.432)	(7.741)	-	(7.741)	(12.651)	-	(12.651)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	16.096	(243)	15.853	27.164	(517)	26.647	24.692	(391)	24.301
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais	(13.979)	1.066	(12.913)	(25.570)	2.077	(23.493)	(24.581)	3.076	(21.505)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.388	4.612	6.000	2.738	8.434	11.172	2.285	7.279	9.564
Rendas de Tarifas Bancárias	2.599	-	2.599	5.045	-	5.045	5.144	1	5.145
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(8.284)	(1.155)	(9.439)	(16.708)	(2.239)	(18.947)	(15.908)	(1.324)	(17.232)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(8.820)	(1.417)	(10.237)	(17.775)	(2.770)	(20.545)	(16.838)	(1.853)	(18.691)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(25)	(438)	(463)	(68)	(749)	(817)	(98)	(698)	(796)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	6.598	180	6.778	14.449	630	15.079	22.298	469	22.767
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(7.435)	(716)	(8.151)	(13.251)	(1.229)	(14.480)	(21.464)	(798)	(22.262)
RESULTADO OPERACIONAL	2.117	823	2.940	1.594	1.560	3.154	111	2.685	2.796
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(198)	(16)	(214)	(160)	15	(145)	(3)	10	7
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.919	807	2.726	1.434	1.575	3.009	108	2.695	2.803
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(307)	(307)	-	(623)	(623)	-	(993)	(993)
Provisão para Imposto de Renda	-	(173)	(173)	-	(357)	(357)	-	(567)	(567)
Provisão para Contribuição Social	-	(134)	(134)	-	(266)	(266)	-	(426)	(426)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	1.919	500	2.419	1.434	952	2.386	108	1.702	1.810
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	-	952	(952)	-	1.424	(1.424)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	1.919	500	2.419	2.386	-	2.386	1.532	278	1.810
DESTINAÇÕES	-	-	-	(1.909)	-	(1.909)	(1.225)	(278)	(1.503)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	-	-	-	(278)	(278)
Fates - Estatutário	-	-	-	(119)	-	(119)	(76)	-	(76)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(1.790)	-	(1.790)	(1.149)	-	(1.149)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	-	477	-	477	307	-
									307

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Paranapanema PR/SP - Sicredi Paranapanema PR/SP
CNPJ/MF nº 79.086.997/0001-02

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	30.681	17.210	(8.797)	39.094
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	643	-	-	643
Baixas de capital	(1.335)	-	-	(1.335)
Reversões de reservas	-	(8.797)	8.797	-
Resultado do período	-	-	1.810	1.810
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(76)	(76)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(278)	(278)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.149	(1.149)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	29.989	9.562	307	39.858
Mutações do Período	(692)	(7.648)	9.104	764
Saldos no início do período em 01/01/2017	29.989	9.562	307	39.858
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	305	-	(305)	-
Outras destinações	-	-	(2)	(2)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.502	-	-	1.502
Baixas de capital	(1.333)	-	-	(1.333)
Resultado do período	-	-	2.386	2.386
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(119)	(119)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.790	(1.790)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	30.463	11.352	477	42.292
Mutações do Período	474	1.790	170	2.434
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não Auditado)	29.687	9.562	(33)	39.216
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.162	-	-	1.162
Baixas de capital	(386)	-	-	(386)
Resultado do período	-	-	2.419	2.419
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(119)	(119)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.790	(1.790)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	30.463	11.352	477	42.292
Mutações do Período	776	1.790	510	3.076

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Paranapanema PR/SP - Sicredi Paranapanema PR/SP
CNPJ/MF nº 79.086.997/0001-02

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.320	2.661	4.647
Resultado do semestre/exercício	2.419	2.386	1.810
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(99)	275	2.837
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(608)	(2.263)	1.995
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	20	14	(549)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(448)	(175)	93
Depreciação do imobilizado de uso	715	1.458	1.359
Amortização do intangível	466	933	579
Baixas do ativo permanente	135	162	116
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(139)	85	(612)
Destinações ao FATES	(119)	(119)	(355)
Dividendos SicrediPar	(121)	180	211
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(7.648)	(10.876)	(2.435)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(764)	(1.124)	(453)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	2.483	(9)	2
Redução em créditos vinculados	-	-	70
Redução em relações com correspondentes	36	88	29
(Aumento) Redução em operações de crédito	(19.160)	(20.362)	5.292
(Redução) em relações interfinanceiras passivas	(1.893)	(751)	(12.491)
(Aumento) Redução em outros créditos	371	(429)	(2.566)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	463	112	(752)
Aumento em depósitos	3.600	5.662	11.038
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	483	547	(15)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	178	(82)	(5.818)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(79)	(355)	-
Aumento em outras obrigações	6.634	5.827	3.229
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(5.328)	(8.215)	2.212
Aquisição de Imobilizado de Uso	467	(972)	(2.299)
Aplicações no Intangível	(587)	(1.004)	(1.008)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(120)	(1.976)	(3.307)
Integralização de capital	1.162	1.502	643
Baixa de capital	(386)	(1.333)	(1.335)
Distribuição de Sobras	-	(2)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	776	167	(692)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(4.672)	(10.024)	(1.787)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	100.616	105.968	107.755
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	95.944	95.944	105.968

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Paranapanema PR/SP - Sicredi Paranapanema PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 26/02/1985 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(32.263)	156	(32.107)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(12.807)	156	(12.651)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais			
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(18.560)	(131)	(18.691)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(22.237)	(25)	(22.262)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliação procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”.

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	9.502	3.785
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	86.442	102.183
Total	95.944	105.968

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APlicações INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.098	974
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.098	974
Total realizável a longo prazo	2.098	974

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	74.106	32.345	106.451	89.864
Financiamentos	3.794	5.836	9.630	4.475
Financiamentos rurais e agroindustriais	45.340	676	46.016	47.397
Carteira total	123.240	38.857	162.097	141.736

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	32	-	32	328
Devedores por compra de valores e bens	161	350	511	707
Títulos e créditos a receber (i)	10.020	2	10.022	8.358
Total	10.213	352	10.565	9.393

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível AA	-	3	-	-	-
Nível A	0,50	74.442	89.215	372	446
Nível B	1,00	58.167	25.550	581	256
Nível C	3,00	17.439	7.586	523	228
Nível D	10,00	5.697	6.337	570	634
Nível E	30,00	2.305	4.930	692	1.479
Nível F	50,00	2.815	4.066	1.408	2.033
Nível G	70,00	1.406	1.885	984	1.320
Nível H	100,00	10.388	11.560	10.388	11.560
Total (i)		172.662	151.129	15.518	17.956

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2017			2016
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total da Carteira
Pessoas Físicas	4.839	23.935	39.621	29.117	97.512
Rural	463	7.645	37.232	676	46.016
Industrial	127	883	827	464	2.301
Comércio	630	6.995	4.572	5.830	18.027
Outros Serviços	566	2.479	2.639	3.122	8.806
Total	6.625	41.937	84.891	39.209	172.662
					151.129

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	12.094	7,00	11.809	7,81
50 devedores seguintes	28.226	16,35	26.276	17,39
100 devedores seguintes	27.172	15,74	23.213	15,36
Demais	105.170	60,91	89.831	59,44
Total	172.662	100	151.129	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	17.956	15.868
Constituição de provisão	7.741	12.651
Movimentação de baixados para prejuízo	(10.179)	(10.563)
Saldo final	15.518	17.956

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 4.879 (2016 - R\$ 10.330), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 4.224 (2016 - R\$ 9.991).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	209	67
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.579	1.757
Devedores por compra de valores e bens	161	197
Devedores por depósitos em garantia	1.027	1.713
Impostos e contribuições a compensar	52	75
Títulos e créditos a receber	10.020	8.358
Valores honrados	110	184
Cotas de consórcio	61	129
Operações com cartões	32	17
Pendências a regularizar	111	45
Outros	370	509
Total Circulante	13.732	13.051

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	1
Devedores por compra de valores e bens	350	510
Títulos e créditos a receber	2	-
Total realizável a longo prazo	352	511

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	5.713	5.816
Imóveis	3.265	5.196
Veículos e afins	7	183
Máquinas e equipamentos	248	60
Bens em regime especial	2.193	377
Despesas antecipadas	39	47
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(800)	(786)
Total Circulante	4.952	5.077

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 800 (2016 - R\$ 786) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	6.116	6.116
Sicredi Participações S.A.	6.629	6.629
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	12.746	12.746

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	2.147.003 ON	2.147.003 ON	1	1	6.115.989	6.115.989
	4.482.384 PN	4.482.384 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,76%	0,76%	0,61%	0,63%	3,19%	3,85%
Capital social	874.847	869.279	164	165	191.882	159.866
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	193.372	161.330
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	6.629	6.629	1	1	6.116	6.116

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	13.115	(5.603)	7.512	8.160
Imobilizações em curso	-	635	-	635	454
Terrenos	-	321	-	321	321
Edificações	4%	2.697	(757)	1.940	2.145
Instalações	10%	3.273	(1.571)	1.702	2.165
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.540	(1.147)	1.393	1.458
Sistema de comunicação	10%	163	(75)	88	84
Sistema de processamento de dados	20%	2.483	(1.590)	893	913
Sistema de segurança	10%	590	(266)	324	295
Sistema de transporte	20%	413	(197)	216	325
Intangível (i)		7.569	(3.803)	3.766	3.696
Investimentos Confederação		7.569	(3.803)	3.766	3.696
Total		20.684	(9.406)	11.278	11.856

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	45.672	-	-	45.672	39.425
Depósitos a prazo	7.719	6.935	111.896	126.550	127.134
Total	53.391	6.935	111.896	172.222	166.559

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	44.509	43.613
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	44.509	43.613
Total circulante	44.509	43.613
Recursos do Crédito Rural	725	2.384
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	725	2.384
Total exigível a longo prazo	725	2.384

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/10/2020, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	4.278	4.360
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	4.278	4.360
Total circulante	4.278	4.360

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 22/03/2018.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Obrigações por convênios oficiais	5	14
Provisão para pagamentos a efetuar	2.688	2.591
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	1.968	1.883
Outras Contingências	-	2
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.178	1.700
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	88	-
Pendências a regularizar	33	252
Operações com cartões	9.717	7.977
Demais fornecedores	768	879
Credores diversos	832	1.135
Total circulante	17.277	16.433
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	5.000	-
Total exigível a longo prazo	5.000	-

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em setembro de 2017 com vencimento em dezembro de 2027 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente"

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	1.828	1.610	(1.613)	1.825
Cível	55	145	(57)	143
Total	1.883	1.755	(1.670)	1.968

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	1.825	1.828
Cível	Provável	143	55
Total		1.968	1.883

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 282 e R\$ 504 (2016 - R\$ 981 somente para Cível), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	30.463	29.989
Total de associados	36.465	35.434

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 474 (2016 – R\$ 692), sendo R\$ 305 (2016 – R\$ 0) via integralização de resultados e R\$ 1.502 (2016 – R\$ 643), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.333 (2016 – R\$ 1.335).

b) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Paranapanema PR/SP - Sicredi Paranapanema PR/SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 75% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos iuros sobre capital próprio	3.009	2.803
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(1.264)	(1.177)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	18	35
Provisão resgate de milhas cartão	20	3
Provisão PPR	18	15
Receita com atos cooperativos	602	45
Outros	(17)	86
Subtotal	641	184
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(623)	(993)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	2.098	974
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	86.442	102.183
Outros Créditos - Rendas a receber	650	516
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.861	2.181
Investimentos (Nota 09)	12.746	12.746
Intangível (Nota 10)	3.766	3.696
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	45.234	45.997
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	4.278	4.360
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	9.740	7.841
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	128	103
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	2.594	2.068
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	10.379	16.277
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	4.047	4.883
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	747	725
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	7.497	8.316

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	165	0,36%	161
Depósitos a prazo	915	0,72%	1.069
Operações de crédito	1.550	0,96%	1.084

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.096	2.088

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	564	589
Despesa de aluguéis	1.926	1.785
Despesa de comunicação	1.128	1.040
Despesa de manutenção e conservação	1.345	1.500
Despesa de material	311	313
Despesa processamento dados	332	288
Despesa de promoções e relações públicas	1.298	1.317
Despesa de propaganda e publicidade	342	408
Despesa de seguro	129	195
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.737	1.795
Despesa de serviços de terceiros	784	708
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.274	2.155
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.696	1.236
Despesa de serviços de transportes	2.168	1.988
Despesa de viagem	315	152
Outras despesas administrativas	4.196	3.222
Total	20.545	18.691

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	1.050	1.973
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	9.807	15.414
Reversão de provisões operacionais	3.209	4.645
Outras rendas operacionais	1.013	735
Total	15.079	22.767

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.489	7.393
Contribuição O.C.E.	108	129
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	483	2.276
Contribuição Confederação Sicredi	5.017	4.038
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	635	658
Encargos da administração financeira	55	83
Repasso administradora de Cartões	515	545
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	933	585
Outras provisões operacionais	2.524	4.122
Outras despesas operacionais	2.721	2.433
Total	14.480	22.262

NOTA 22 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	19.310	23.216
Total	19.310	23.216

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos segundo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legal e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	37.622	36.527
Nível I (NI)	37.622	36.527
Capital principal - CP	37.622	36.527
Capital social	30.463	29.989
Reservas de capital	11.352	9.562
Lucros acumulados	477	307
Ajustes Prudenciais	(2.546)	(1.646)
Dedução de investimento em outras entidades	(2.124)	(1.685)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	242.859	226.524
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	617	337
Margem de Capital (i)	11.505	13.821
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,49%	16,12%
Situação de Imobilização (Imob)	8.732	10.209
Índice de Imobilização (Imob / PR)	23,21%	27,95%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Adão Volmir Acosta Caraciolo
Diretor Executivo
CPF: 821.397.170-15

Gabriela Pardim Farias
Diretora de Operações
CPF: 049.933.829-44

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20